

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, fevereiro de 2012
Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	2011	2010	Nota	2011	2010
Ativo Circulante	119.170	89.980	Passivo Circulante	33.488	25.747
Disponibilidades	246	108	Outras Obrigações	33.488	25.747
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	112.347	83.698	Sociais e Estatutárias	2.213	4.692
Aplicações no Mercado Aberto	112.347	83.698	Fiscais e Previdenciárias	4.7	10.078
Outros Créditos	6.577	6.174	Diversas	4.8	21.197
Rendas a Receber	65	38			
Créditos Tributários	4.3	1.252			
Diversos	4.4	5.260			
Ativo Realizável a Longo Prazo	63.644	55.652	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.677	1.905
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	56.788	51.472	Outras Obrigações	1.677	1.905
Aplicações no Mercado Aberto	56.788	51.472	Fiscais e Previdenciárias	4.7	97
Outros Créditos	6.856	4.180	Diversas	4.8	1.580
Créditos Tributários	4.3	2.027			
Diversos	4.4	4.829			
Permanente	66	92	Patrimônio Líquido	4.10	147.715
Imobilizado de Uso	50	71	Capital Social:		
Outras Imobilizações de Uso	292	292	De Domiciliados no País	92.925	92.925
(Depreciações Acumuladas)	(242)	(221)	Reservas de Lucros	54.790	25.147
Intangível	16	21			
Outros Ativos Intangíveis	3.278	3.278			
(Amortizações Acumuladas)	(3.262)	(3.257)			
Total do Ativo	182.880	145.724	Total do Passivo	182.880	145.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal		
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	4.810	-	88.115	92.925
Aumento de Capital	88.115	-	(88.115)	-
Lucro Líquido	-	-	30.667	30.667
Destinações:				
Reserva Legal	-	1.533	(1.533)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.10.b	-	(5.520)	(5.520)
Reserva para Equalização de Dividendos	4.10.c	-	(11.807)	(11.807)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	4.10.c	-	(11.807)	(11.807)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	92.925	1.533	-	118.072
Lucro Líquido	-	-	38.876	38.876
Destinações:				
Reserva Legal	-	1.943	(1.943)	-
Dividendos	4.10.b	-	(2.213)	(2.213)
Juros sobre o Capital Próprio	4.10.b	-	(7.020)	(7.020)
Reserva para Equalização de Dividendos	4.10.c	-	(13.850)	(13.850)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	4.10.c	-	(13.850)	(13.850)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	92.925	3.476	-	147.715
Saldos em 30 de Junho de 2011	92.925	2.331	-	134.034
Lucro Líquido	-	-	19.494	19.494
Destinações:				
Reserva Legal	-	1.145	(1.145)	-
Dividendos	4.10.b	-	(2.213)	(2.213)
Juros sobre o Capital Próprio	4.10.b	-	(3.600)	(3.600)
Reserva para Equalização de Dividendos	4.10.c	-	(6.268)	(6.268)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	4.10.c	-	(6.268)	(6.268)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	92.925	3.476	-	147.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (SB Consórcio), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. A Instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da SB Consórcio, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e nas variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa SB Consórcio, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, serão divulgadas no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/vi.

3. Principais Práticas Contábeis

1 - Administradora

a) Apuração do Resultado

A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida a partir da primeira Assembleia do Grupo para a primeira parcela e taxa de adesão e posteriormente nos recebimentos mensais, ambas registradas em receitas de prestação de serviços. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da venda e registradas em outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

d.1) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10% e sistemas de processamento de dados - 20%.

d.2) Intangível

O ágio na aquisição de investimentos é amortizado em até 3 anos, observada a expectativa de resultados futuros e os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

e) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A SB Consórcio é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da SB Consórcio. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdidas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo e são registradas em despesas tributárias.

g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - O custo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$240, R\$120 no semestre e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 4.3.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da SB Consórcio.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

II - Grupos de Consórcios

a) Aplicações Financeiras

Representam aplicações financeiras efetuadas em nome dos grupos de consórcios, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

O saldo das aplicações financeiras é deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

b) Direitos junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Representam o valor das contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço.

d) Contribuições Devidas ao Grupo

Representam a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos respectivos grupos, calculada de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

e) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Representam o saldo dos bens a contemplar em Assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

f) Obrigações com Consorciados

Estão representadas, principalmente, por contribuições para aquisição de bens recebidas de consorciados não contemplados, a título de fundo comum, e valores recebidos antes da constituição formal dos grupos, acrescido de rendimentos financeiros.

g) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas Assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

h) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, representados por valores recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, aplicando-se o percentual pago ao valor do bem vigente na última Assembleia de Contemplação do Grupo e acrescido dos rendimentos da aplicação financeira, calculados a partir desta Assembleia, deduzidos da multa rescisória contratual registrada em valores a repassar e em recursos do grupo.

i) Recursos do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, acrescidos da respectiva remuneração pelas aplicações financeiras até a data do balanço, atualização da variação do preço do bem e valores recebidos de consorciados após os procedimentos de cobrança.

j) Recursos Coletados

Representam os recursos coletados pelos grupos e respectivos rendimentos. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.

k) Recursos Utilizados

Representam principalmente o montante dos recursos aplicados na aquisição de bens, pagamento da taxa de administração, rendimentos financeiros pagos a consorciados contemplados, até a data da aquisição do bem.

l) Informações Complementares sobre os Grupos em Andamento

	2011	2010
Quantidade de Grupos Administrados	163	178
Quantidade de Consorciados Ativos	27.650	35.642
Quantidade de Consorciados Desistentes/Excluídos no Período	2.199	1.108
Total de Consorciados Desistentes/Excluídos	43.398	45.597
Bens Entregues no Período	8.512	8.398
Total de Bens Entregues	57.544	49.032
Bens Pendentes de Entrega	7.307	7.924
Taxa de Inadimplência	0,05%	0,02%

4. Outras Notas Explicativas da Administradora

4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

4.2 Aplicações Financeiras

Na Administradora, estão representadas por aplicações em operações compromissadas realizadas com o Banco Santander, compostas por debêntures no valor de R\$169.135 (2010 - R\$135.170), sendo R\$112.347 com vencimento de 3 a 12 meses e R\$56.788 de 1 a 3 anos (Nota 4.11.c).

Nos Grupos de Consórcios, estão representadas por aplicação em fundo de investimento referenciado DI, atendendo aos critérios da Circular Bacen 3.261/2004, que foi sucedida pela Circular Bacen 3.432/2009.

4.3 Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	16	42	(17)	41
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	101	153	(202)	52
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	-	33	-	33
Ágio Amortizado	489	8	-	489
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	3.266	-	(601)	2.665
Total dos Créditos Tributários	3.872	227	(819)	3.280
Créditos não Registrados	(1)	-	-	(1)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Circulante	3.871	227	(819)	3.279
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Longo Prazo	3.509	1.252	2.027	6.788

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário sobre estimativa para perdas operacionais na administração de consórcios.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	Diferenças Temporárias	2011	Total
Ano	IRPJ	CSLL	Registrados
2012	920	332	1.252
2013	778	280	1.058
2014	662	238	900
2015	14	5	19
2016	38	13	51
Total	2.412	868	3.280

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.955 (2010 - R\$3.678) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$2.954 (2010 - R\$3.677), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

4.4 Outros Créditos - Diversos

	2011	2010
Valores em Cobrança Judicial - Grupos Encerrados (Nota 4.8)	895	527
Devedores por Depósitos em Garantia		
- Para Interposição de Recursos Fiscais	107	107
- Para Interposição de Recursos Trabalhistas	722	786
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	3.104	2.392
Impostos a Compensar ⁽²⁾	5.261	2.624
Outros	-	9
Total	10.089	6.445
Circulante	5.260	2.627
Longo Prazo	4.829	3.818

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário sobre estimativa para perdas operacionais na administração de consórcios.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	Diferenças Temporárias	2011	Total
Ano	IRPJ	CSLL	Registrados
2012	920	332	1.252
2013	778	280	1.058
2014	662	238	900
2015	14	5	19
2016	38		



Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

CNPJ nº 55.942.312/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

e) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais

Cofins - Compensações não Homologadas - SB Consórcio discute em processos judiciais compensações de Cofins pagas indevidamente com outros tributos, as quais não foram homologadas pelas Autoridades Fiscais. A parcela cuja perda é considerada provável é constituída provisão.

4.10 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010, totalmente subscrito e integralizado é composto por 92.925 mil cotas, no valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), todas de domiciliados no país, dos quais 88.115 mil cotas se referem ao aumento de capital no valor de R\$88.115 aprovado pelos sócios em 26 de abril de 2010, mediante a capitalização do saldo da conta de lucros acumulados, cujo aumento foi homologado pelo Bacen em 3 de janeiro de 2011.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da SB Consórcio é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercalares.

Em dezembro de 2011, foram destacados dividendos com base nos lucros acumulados no exercício de 2011, no valor de R\$2.213 (R\$23,82 em reais por lote de mil cotas) referente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2011.

Em dezembro de 2011, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de outubro a dezembro de 2011, no valor de R\$1.800 (R\$19,37 em reais por lote de mil cotas e R\$16,46 líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil cotas), que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios do exercício de 2011.

Em setembro de 2011, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de julho a setembro de 2011, no valor de R\$1.800 (R\$19,37 em reais por lote de mil cotas e R\$16,46 líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil cotas), que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios do exercício de 2011.

Em junho de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a junho de 2011, no valor de R\$3.420 (R\$36,80 em reais por lote de mil cotas e R\$31,28 líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil cotas), que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios do exercício de 2011.

Em dezembro de 2010, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2010, no valor de R\$5.520 (R\$59,40 em reais por lote de mil cotas e R\$50,49 líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil cotas), imputados integralmente aos dividendos obrigatórios do exercício de 2010.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da SB Consórcio e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, estão limitadas a 100% do capital social.

4.11 Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A SB Consórcio é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador da SB Consórcio. A SB Consórcio não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2011 e 2010, não foram registrados despesas com honorários para a Administração.

b) Participação Acionária

A SB Consórcio é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 92.925 mil cotas, equivalentes a 99,99998% do capital social e participação indireta através da Santander Brasil Advisory Services S.A. (atual denominação social da Santander CHP S.A., que teve sua denominação social alterada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2011) de 19 cotas, equivalentes a 0,00002% do capital social, perfazendo uma participação total de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o Banco Santander são conforme segue:

	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	246	-	108	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	169.135	15.972	135.170	10.888
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	3
Dividendos e Bonificações a Pagar	(2.213)	-	(4.692)	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽¹⁾	-	(1.993)	(452)	(2.309)

⁽¹⁾ Em 2010, o valor de R\$452 refere-se a Santander Administradora de Consórcios Ltda.

4.12 Receitas de Prestação de Serviços

Referem-se, principalmente, a rendas de taxa de administração de grupos de consórcios e taxa de permanência de recursos não procurados.

4.13 Despesas Administrativas

	2011	2010
Processamento de Dados	244	1.831
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.416	1.693
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 4.11.c)	1.993	2.309
Comunicações	345	976

	2011	2010
Serviços do Sistema Financeiro	717	74
Depreciações e Amortizações	26	36
Outras ⁽¹⁾	512	1.183
Total	5.253	8.102

⁽¹⁾ Em 2010, inclui o valor de R\$733 de multas e juros na administração de consórcios.

4.14 Despesas Tributárias

	2011	2010
Despesas com Cofins	4.129	4.637
Despesas com ISS	2.701	3.050
Despesas com PIS/Pasep	897	1.007
Outras	13	51
Total	7.740	8.745

4.15 Outras Receitas Operacionais

Em 2011, inclui principalmente, valores recuperados por perdas operacionais na administração de consórcios no valor de R\$292 e em 2010, estão representadas por reversão de provisões operacionais - cíveis (Nota 4.9.c).

4.16 Outras Despesas Operacionais

	2011	2010
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 4.9.c)	97	-
Trabalhistas (Nota 4.9.c)	395	254
Cíveis (Nota 4.9.c)	125	-
Outras	697	-
Comissões de Agenciamento	15	1.076
Perdas Operacionais na Administração de Consórcios (Nota 4.8)	509	8.564
Despesas com Registro de Contratos em Cartório	181	170
Despesas com Reembolso de Tarifas de Cobrança	-	433
Outras	298	940
Total	2.317	11.437

4.17 Imposto de Renda e Contribuição Social

	2011	2010
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	54.992	43.668
Juros sobre o Capital Próprio	(7.020)	(5.520)
Resultado antes dos Impostos	47.972	38.148
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	(16.310)	(12.970)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(134)	(55)
Demais Ajustes	328	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.116)	(13.001)

ADMINISTRADORES

Amancio Acúrcio Gouveia

Fernando Byington Egydio Martins

Luís Felix Cardamone Neto

Nilo Sérgio Silveira Carvalho

Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2011 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio referentes ao semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Deloitte.